

O comparativismo brasileiro dos anos 90: globalização e multiculturalismo

Eduardo F. Coutinho*

Abstract

This essay discuss the changes in Comparative Literature from 1950 to the present, focusing on brazilian comparative studies in the nineties



Embora já se realizassem estudos de Literatura Comparada no Brasil desde meados do século XX, quando inclusive foi publicado, por Tasso da Silveira, um manual segundo os modelos franceses, e a reflexão de ordem comparatista já tivesse presença marcante no discurso crítico-teórico desde a chamada era romântica, o grande impulso da disciplina só irá ocorrer de meados dos anos 70 para o presente, coincidindo com a transformação que esta sofreu no plano internacional, depois da longa

* UFRJ

hegemonia da perspectiva formalista norte-americana. Neste momento, em que a disciplina apresentou talvez a sua mais significativa transformação, passando de um discurso coeso e unânime, com forte propensão universalizante, para outro plural e descentrado, situado historicamente, e consciente das diferenças que identificam cada *corpus* literário envolvido no processo da comparação, esta passou a florescer com grande vigor no Brasil, inscrevendo-se na linha de frente das reflexões sobre o país. Desde então o comparatismo vem conquistando espaços cada vez maiores no meio acadêmico e intelectual brasileiro, dando frutos de expressiva relevância. Antes, porém, de nos ocuparmos do papel que a Literatura Comparada vem desempenhando no contexto brasileiro, é mister que tenhamos algumas considerações sobre as transformações por que passou a disciplina no período mencionado.

Marcada no início por uma perspectiva de teor historicista, calcada em princípios científico-causalistas, decorrentes do momento e contexto histórico em que se configurara, e em seguida por uma óptica predominantemente formalista, que conviveu, entretanto, com vozes dissonantes de significativa relevância, a Literatura Comparada atravessou seu primeiro século de existência em meio a intensos debates, mas apoiada em certos pilares, de tintas nitidamente etnocêntricas, que pouco se moveram ao largo de todo esse tempo. Dentre estes pilares, que permaneceram quase inabalados até os anos 70, é impossível deixar de reconhecer a pretensão de universalidade, com que se confundiu o cosmopolitismo dos estudos comparatistas, presente já desde suas primeiras manifestações, e o discurso de apolitização apregoadado sobretudo pelos remanescentes da chamada "Escola Americana", que dominou a área nos meados do século XX.

Conquanto estes dois tipos de discurso apresentem, na superfície, variações, eles encerram, no íntimo, um forte denominador comum – o teor hegemônico de sua construção – e foi sobre este dado fundamental que se baseou grande parte da crítica empreendida a partir de então ao comparatismo tradicional. Em nome de uma pseudo-democracia das letras, que pretendia construir uma História Geral da Literatura ou uma poética universal, desenvolvendo um instrumental comum para a abordagem do fenômeno literário, independentemente de circunstâncias específicas, os comparatistas, provenientes na maioria do contexto euro-norte-americano, o que fizeram, conscientemente ou não, foi estender a outras literaturas os parâmetros instituídos a partir de reflexões desenvolvidas sobre o cânone literário europeu. O resultado inevitável foi a supervalorização de um sistema determinado e a identificação deste sistema com o universal. Do mesmo modo, a idéia de que a literatura deveria ser abordada por um viés apolítico, o que fazia era camuflar uma atitude prepotente de reafirmação da supremacia de um sistema sobre os demais.

O questionamento dessa postura universalizante e a desmitificação da proposta de apolitização, que se tornaram uma tônica da Literatura Comparada a partir dos anos 70, atuaram de modo diferente nos centros hegemônicos e nos focos de estudos comparatistas até então tidos como periféricos, mas em ambos estes contextos verificou-se um fenômeno similar: a aproximação cada vez maior do comparatismo a questões de identidade nacional e cultural.

No eixo Europa Ocidental/América do Norte, o cerne das preocupações deslocou-se para grupos minoritários, de caráter étnico ou sexual, cujas vozes começaram a erguer-se cada vez com mais vigor, buscando foros de debate para formas alternativas de expressão, e nas outras partes do mundo clamava-se um desvio de olhar, com o qual se pudessem enfocar as questões literárias ali surgidas a partir do próprio *locus* onde se situava o pesquisador. A preocupação com a Historiografia, a Teoria e a Crítica literárias continuou relevante nos dois contextos mencionados, mas passou-se a associar diretamente à *praxis* política cotidiana. As discussões teóricas voltadas para a busca de universais deixaram de ter sentido e seu lugar foi ocupado por questões localizadas, que passaram a dominar a agenda da disciplina: problemas como o das relações entre uma tradição local e outra importada, das implicações políticas da influência cultural, da necessidade de revisão do cânone literário e dos critérios de periodização.

Esse descentramento ocorrido no âmbito dos estudos comparatistas, agora muito mais voltados para questões contextualizadas, ampliou em muito o cunho internacional e interdisciplinar da Literatura Comparada, que passou a abranger uma rede complexa de relações culturais. A obra ou a série literárias não podiam mais ser abordadas por uma óptica exclusivamente estética; como produtos culturais, era preciso que se levassem em conta suas relações com as demais áreas do saber. Além disso, elementos que até então funcionaram como referenciais seguros nos estudos comparatistas, como os conceitos de nação e idioma, foram postos por terra, e a dicotomia tradicionalmente estabelecida entre Literaturas Nacionais e Comparada foi seriamente abalada. A perspectiva linear do historicismo cedeu lugar a uma visão múltipla e móvel, capaz de dar conta das diferenças específicas, e os conjuntos ou séries literárias passaram a ter de ser vistos por uma óptica plural, que considerasse tais aspectos. Categorias como Literatura Chicana, Literatura Afro-Americana ou Literatura Feminina passaram a integrar a ordem do dia dos estudos comparatistas e blocos, como Literatura Oriental, Africana ou Latino-Americana, instituídos pelos centros hegemônicos, revelaram-se como constructos frágeis, adquirindo uma feição nova, oscilante em conformidade com o olhar que o enformasse.

O desvio de olhar operado no seio do comparativismo, como resultado da consciência do teor etnocêntrico que o dominara em fases anteriores, emprestou novo alento à disciplina, que atingiu enorme efervescência justamente naqueles locais até então situados à margem e agora tornados postos fundamentais no debate internacional. Nesses locais, dentre os quais o Brasil, onde não há nenhum senso de incompatibilidade entre Literaturas Nacionais e Literatura Comparada, o modelo eurocêntrico até então tido como referência, vem sendo cada vez mais posto em xeque, e os paradigmas tradicionais cedem lugar a construções alternativas ricas e flexíveis, cuja principal preocupação reside na articulação da percepção dos produtos culturais locais em relação com os produtos de outras culturas, máxime daquelas com que a primeira havia mantido vínculos de subordinação. O desafio levantado por críticos como Edward Said e Homi Bhabha ao processo sistemático instituído pelas nações colonizadoras de “inventar” outras culturas alcança grande repercussão,

ocasionando, em locais como a Índia, a África e a América Latina, reivindicações de constituição de uma História Literária calcada na tradição local, cujo resgate se tornara indispensável. O elemento político do comparatismo é agora não só assumido conscientemente, como inclusive enfatizado, e surge uma necessidade imperativa de revisão dos cânones literários.

Central dentro do quadro atual da Literatura Comparada, a “questão do cânone”, como tem sido designada, constitui uma das instâncias mais vitais da luta contra o eurocentrismo que vem sendo travada nos meios acadêmicos, pois discutir o cânone nada mais é do que pôr em xeque um sistema de valores instituído por grupos detentores de poder, que legitimaram decisões particulares com um discurso globalizante. Um curso sobre as “grandes obras”, por exemplo, tão frequente em Literatura Comparada, quase sempre esteve circunscrito ao cânone da tradição ocidental, e sempre se baseou em premissas que ou ignoravam por completo toda produção exterior a um círculo geográfico restrito ou tocava tangencialmente nessa produção, incluindo, como uma espécie de concessão, uma ou outra de suas manifestações. As reações a esta postura têm surgido de forma variada, e com matizes diferenciados dependendo do local de onde partem. Nos países centrais, é obviamente mais uma vez da parte dos chamados “grupos minoritários” que provêm as principais indagações, e, nos contextos periféricos, a questão se tornou uma constante, situando-se em alguns casos na linha de frente do processo de descolonização cultural.

Ampla, complexa e variada, a questão do cânone literário extrapola nossos objetivos neste trabalho, não podendo ser apreciada com o cuidado que requer, mas mencione-se que ela se estende desde a exclusão de uma produção literária vigorosa oriunda de grupos minoritários, nos centros hegemônicos, e do abafamento de uma tradição literária significativa, nos países que passaram por processos de colonização recente, como a Índia, até problemas relativos à especificidade ou não do elemento literário, dos padrões de avaliação estética e do delineamento de fronteiras entre constructos como Literaturas Nacionais e Literatura Comparada. Com a desconstrução dos pilares em que se apoiavam os estudos literários tradicionais e a indefinição instaurada entre os limites que funcionavam como referenciais, o cânone ou cânones tradicionais não têm mais base de sustentação, afetando toda a estrutura da Historiografia, da Teoria e da Crítica literárias. Como construir-se cânones, seja na esfera nacional, seja na internacional, que contemplem as diferenças clamadas por cada grupo ou nação (entendendo-se este termo no sentido amplo utilizado por autores como Homi Bhabha), e como atribuir a estas novas construções um caráter suficientemente flexível que lhes permita constantes reformulações, são perguntas que se levantam hoje a respeito de terreno tão movediço.

Perguntas como estas encontram-se quase sempre sem resposta na agenda do comparatismo, sobretudo após o desenvolvimento dos chamados Estudos Culturais e Pós-Coloniais, que atacaram, com força jamais vista, o etnocentrismo da disciplina. A crítica a este elemento, expresso por meio de um discurso pretensamente liberal, mas que no fundo escondia seu teor autoritário e totalizante, já se havia iniciado desde os tempos de Wellek e

Etiemble, e se lançarmos uma mirada ao espectro de atuação da Literatura Comparada, veremos que ela sempre aflorou de maneira variada ao longo de sua evolução. Contudo, na maioria dos casos, essa crítica se manifestou à base de uma oposição binária, que continuava paradoxalmente tomando como referência o elemento europeu. Conscientes de que não se trata mais de uma simples inversão de modelos, da substituição do que era tido como central pela sua antítese periférica, os comparatistas atuais que questionam a hegemonia das culturas colonizadoras abandonam o paradigma dicotômico e se lançam na exploração da pluralidade de caminhos abertos como resultado do contacto entre colonizador e colonizado. A consequência é que ele se vê diante de um labirinto, hermético, mas profícuo, gerado pela desierarquização dos elementos envolvidos no processo da comparação, e sua tarefa maior passa a residir precisamente nessa construção em aberto, nessa viagem de descoberta sem marcos definidos.

Marcados profundamente por um processo de colonização, que continua vivo ainda hoje do ponto de vista cultural e econômico, os estudos literários no Brasil sempre foram moldados à maneira européia, e basta uma breve mirada a questões como as que vêm sendo consideradas aqui para que tal se torne evidente. A prática de se comparar autores, obras ou movimentos literários, já existia de há muito no país, mas por uma óptica tradicional, calcada, à maneira francesa nos célebres estudos de fontes e influências, que, além do mais, se realizavam por via unilateral. Tratava-se de um sistema nitidamente hierarquizante, segundo o qual um texto fonte ou primário, tomado como referencial na comparação, era envolvido por uma aura de superioridade, enquanto o outro termo do processo, enfeixado na condição de devedor, era visto com evidente desvantagem e relegado a nível secundário. Como sempre que este método era empregado no estudo da Literatura Brasileira, o texto fonte era uma obra européia, ou mais recentemente norte-americana, a situação de desigualdade emergente do processo se explicitava de imediato. O resultado inevitável era a acentuação da dependência e a ratificação incontestável do estado de colonialismo cultural ainda dominante.

Este tipo de comparativismo encontrara no Brasil um solo propício ao seu florescimento, e semeado já em boa parte por poderosos aliados no campo da História e da Teoria Literárias, a saber: uma historiografia alheia e inadequada, e um método, que poderíamos designar de aplicação de modelos teóricos tidos como universais. No primeiro caso, basta lembrar a questão da periodização literária, que sempre tomou como base movimentos ou escolas surgidos na Europa e encarou as manifestações locais como extensões dos primeiros, reduzindo-os a uma espécie de reflexo esmaecido dos modelos forâneos. E, no segundo caso, a aplicação dogmática, tanto na Crítica quanto no ensino da Literatura, de postulados de correntes teóricas européias a qualquer obra literária, sem se levar em conta as especificidades que a caracterizavam e as diferenças entre o seu contexto histórico-cultural e aquele onde elas haviam brotado. Tais formulações, diga-se de passagem, haviam emergido, na maioria das vezes, de sérias reflexões sobre um *corpus* literário da Europa Ocidental, mas, ao serem generalizadas, homologavam a identificação, tão cara aos europeus, de sua cultura com o universal.

Esta prática, que atingira seu apogeu nos anos dourados do Estruturalismo francês, começou a ser posta em xeque no Brasil a partir de finais da década de 1970, e para tal contribuíram de modo decisivo o Desconstrucionismo, com sua ênfase sobre a noção de diferença, e a revalorização da perspectiva histórica, que voltou a chamar atenção para a importância do contexto. O questionamento de noções cristalizadas, como as de autoria, cópia, influência e originalidade, empreendido pelos filósofos pós-estruturalistas teve grande repercussão no meio intelectual brasileiro, levando os estudiosos da Literatura a reestruturar os conceitos e categorias que utilizavam. Agora, nas abordagens comparatistas, o texto segundo não é mais apenas o “devedor”, mas também o responsável pela revitalização do primeiro, e a relação entre ambos, em vez de unidirecional, adquire sentido de reciprocidade, tornando-se, em consequência, mais rica e dinâmica. O que passa a prevalecer na leitura comparatista não é mais a relação de semelhança ou continuidade, sempre desvantajosa para o texto segundo, mas o elemento de diferenciação que este último introduz no diálogo intertextual estabelecido com o primeiro.

Embora esta mudança de perspectiva ocorrida no seio do comparatismo se tenha originado mais uma vez no meio intelectual europeu, ela caiu, como era de se esperar, como a sopa no mel nos estudos de Literatura Comparada que envolviam a produção brasileira. Agora, o que se caracterizava como cópia imperfeita do modelo instituído pela cultura central passa a ser visto como resposta criativa, e o desvio de norma valoriza-se pela dessacralização que efetua do objeto artístico. Os critérios até então inquestionáveis de originalidade e anterioridade são lançados por terra e o valor da contribuição brasileira passa a residir exatamente na maneira como ela se apropria das formas literárias européias e as transforma, conferindo-lhes novo viço. Os termos do sistema hierárquico anterior invertem-se evidentemente no processo e o texto da cultura dominada acaba por configurar-se como o mais rico dos dois. Além disso, passa-se a estudar também, o que antes era inconcebível, a atuação dessa literatura sobre a européia e norte-americana, e inclusive sobre outras não pertencentes a nenhuma dessas esferas. Contudo, é preciso assinalar que não se trata de mera inversão do modelo-padrão do comparatismo tradicional nem de uma extensão do paradigma etnocêntrico a outros sistemas periféricos. O que se visa agora é à busca de estabelecimento de um diálogo em pé de igualdade entre essas diversas literaturas, assegurando a transversalidade própria da disciplina.

A outra tendência do pensamento contemporâneo que contribuiu para o questionamento da visão de mundo eurocêntrica – a revalorização da perspectiva histórica – também encontrou terreno fértil no campo dos estudos literários brasileiros. Num contexto onde correntes como o marxismo e o historicismo sempre tiveram grande penetração, e questões como a da dependência econômica sempre estiveram no cerne de qualquer debate de ordem política ou cultural, a idéia de que as manifestações literárias constituem redes de relações e só podem ser suficientemente compreendidas quando abordadas por uma óptica global que dê conta dessas relações, reacendeu a chama de antigas disputas que se haviam esfriado com o

domínio do Estruturalismo e abriu amplas e frutíferas possibilidades para um novo tipo de comparatismo. De acordo com este, não basta insistir na importância das diferenças brasileiras, mas estudar a relação destas diferenças com o sistema de que fazem parte – a literatura do país em seus diversos registros - e investigar o sentido que assumem no quadro geral da tradição literária ocidental.

É no estudo das relações das especificidades do processo de apropriação com o sistema literário e cultural brasileiro, de maneira geral, que o comparatismo apresenta sua mais expressiva transformação no Brasil, passando de uma investigação mecânica e unilateral de fontes e influências a uma disciplina de abordagem do fenômeno literário, capaz de desencadear um verdadeiro diálogo de culturas. O comparatismo é, como afirmou Claudio Guillén em seu livro *Entre lo uno y lo diverso*, uma disciplina decididamente histórica, e, como a Literatura Brasileira, pelas próprias circunstâncias em que foi engendrada, carrega como marca uma dialética entre o local e o universal, é nesta pluralidade, neste sintagma não-disjuntivo, que ela deve ser apreendida. A Literatura Brasileira recebe, sem dúvida, forte influência da europeia, e assimila uma série de aspectos tanto desta quanto de outras literaturas. Mas ela modifica substancialmente tais aspectos no momento da apropriação, passando a apresentar elementos distintos muitas vezes resultantes desse processo. É o que se passou, por exemplo, com o Modernismo de 1922, originado, de um lado, da transculturação das diversas Vanguardas europeias, e, de outro, de uma releitura crítica da tradição literária do Brasil, máxime do período romântico.

Embora como contrapartida à sua própria condição colonial, o Brasil já houvesse desenvolvido, ao longo de todo esse tempo, uma forte tradição de busca de identidade, tanto na própria literatura quanto na ensaística, o comparatismo que se produzia no continente continuava, de modo geral, preso quer ao modelo francês de fontes e influências, quer à perspectiva formalista norte-americana, que lhe imprimia esterilidade e ratificava sua situação de dependência. Com as mudanças, entretanto, efetuadas dos anos 70 para o presente, ele parece ter encontrado seu rumo, e é hoje um dos focos de grande efervescência nos estudos brasileiros. Associando-se à preocupação com a busca da identidade, agora já não mais vista por uma óptica ontológica, mas sim como uma construção passível de questionamento e renovação, a Literatura Comparada no Brasil parece ter assumido com firmeza a necessidade de focar a produção literária a partir de uma perspectiva própria, e vem buscando um diálogo verdadeiro no plano internacional. Assim, questões como a da Crítica e da História Literária adquirem uma nova feição e os modelos teórico-críticos relativizam-se, cedendo lugar a uma reflexão mais eficaz.

Todas essas questões, que abordam as diferenças brasileiras, revelam a ineficácia da transferência de paradigmas de uma cultura para outra. A própria idéia de "literatura nacional", concebida no meio acadêmico europeu com base em noções de unidade e homogeneidade, não pode ser aplicada, de maneira desproblematizada, à realidade híbrida de países como o Brasil. Qualquer concepção monolítica da cultura brasileira vem sendo hoje posta

em xeque e muitas vezes substituída por propostas alternativas que busquem dar conta de sua hibridez e pluralidade. Estas propostas, diversificadas e sujeitas a constante escrutínio crítico, indicam a pluralidade de rumos que o comparatismo vem tomando no país, em consonância perfeita com as tendências gerais das disciplinas, observáveis sobretudo nos demais contextos tidos até recentemente como periféricos e hoje pólos fundamentais dos estudos comparatistas. A Literatura Comparada é hoje, máxime nesses locais, uma seara ampla e movediça, com inúmeras possibilidades de exploração, que ultrapassou o anseio totalizador de suas fases anteriores, e se erige como um diálogo transcultural, calcado na aceitação das diferenças.